



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de **01 (um) NVR** e **02 (dois) HDs SATA 12TB**, para atender às necessidades da **Secretaria de Segurança e Ordem Pública**, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de bens, caracterizando-se como aquisição de material permanente, não se enquadrando como serviço contínuo, razão pela qual não se aplica a possibilidade de prorrogação prevista no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.2	Requisitante:	SECRETARIA DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA
1.3	Fundamentação legal:	Dispensa de Licitação na forma eletrônica nos termos do Art. 75, inciso II da Lei nº14.133/21; Decreto Municipal nº 1.942 de 09/01/2023 e nº 2.643 de 11/01/2024, sem prejuízo das demais normas aplicadas.
1.4	Período:	30 (TRINTA)DIAS CORRIDOS
1.5	Tipo:	MENOR PREÇO POR ITEM NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21

1.6 Aquisição de **01 (um) NVR** e **02 (dois) HDs SATA 12TB**, para atender às necessidades da **Secretaria de Segurança e Ordem Pública**, nos termos da tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	
1	Gravador de vídeo em rede (NVR) , com capacidade mínima para 64 (sessenta e quatro) canais/câmeras IP , destinado ao gerenciamento e gravação de imagens de videomonitoramento, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos: Operação contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana; Compatibilidade com protocolo ONVIF (Perfil S, G ou T), garantindo interoperabilidade com câmeras IP de diferentes fabricantes; Compatibilidade com o sistema de videomonitoramento existente, permitindo integração com os dispositivos atualmente instalados e com o software de gerenciamento em uso; Suporte a gravação em alta definição, com compressão de	635684	UN	01	



	<p>vídeo compatível com as câmeras instaladas, devendo suportar, no mínimo, os padrões H.264 e H.265 (ou equivalentes). Capacidade de armazenamento interno compatível com instalação de discos rígidos do tipo SATA, com suporte mínimo para 02 (dois) HDs, permitindo expansão conforme necessidade da Administração;</p> <p>Interfaces de rede compatíveis com a infraestrutura existente, garantindo estabilidade e desempenho para gravação simultânea de múltiplos canais;</p> <p>Permitir visualização ao vivo, reprodução, backup e exportação de imagens, com recursos mínimos de busca por data, hora e canal;</p> <p>Equipamento apropriado para uso institucional, com estabilidade, confiabilidade e desempenho compatíveis com sistemas críticos de segurança pública.</p> <p>Garantia mínima: 12 meses</p> <p>Será aceita garantia superior, como melhoria da proposta, sem ônus para a Administração.</p>				
02	<p>Disco rígido (HD) SATA, com capacidade mínima de 12TB, destinado ao armazenamento de imagens do sistema de videomonitoramento, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:</p> <p>Interface SATA, compatível com o gravador de vídeo em rede (NVR) a ser adquirido e com o sistema existente;</p> <p>Indicado para operação contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, próprio para sistemas de vigilância eletrônica e gravação ininterrupta;</p>	463206	UN	02	



	<p>Desempenho compatível com gravação simultânea de múltiplos fluxos de vídeo, sem prejuízo da estabilidade do sistema;</p> <p>Adequado para uso em ambiente institucional, com confiabilidade e durabilidade compatíveis com a criticidade do serviço;</p> <p>Produto novo, sem uso, sem recondicionamento (refurbished), acompanhado de garantia mínima 12 meses conforme legislação vigente. Será aceita garantia superior, como melhoria da proposta, sem ônus para a Administração.</p>				
--	--	--	--	--	--

1.7 O prazo de vigência da contratação será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da **Nota de Empenho**, prazo suficiente para a entrega do objeto e realização do recebimento definitivo, considerando tratar-se de aquisição com entrega imediata, **não sendo aplicável prorrogação**.

1.8 Trata-se de aquisição de bens permanentes, com entrega única, destinada ao atendimento das necessidades do sistema de videomonitoramento da Central de Monitoramento, visando assegurar a gravação contínua e o armazenamento adequado das imagens.

1.9 Trata-se de aquisição de bens permanentes, a ser contratado(a) mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aquisição de **01 (uma) unidade de gravador de vídeo em rede (NVR)** e **02 (duas) unidades de HD SATA 12TB**, destinados ao sistema de videomonitoramento da Central de Monitoramento, vinculado à Secretaria de Segurança e Ordem Pública, tendo em vista a obsolescência e insuficiência dos equipamentos atualmente utilizados, o que vem comprometendo a gravação contínua e o armazenamento adequado das imagens.

2.3 A aquisição visa assegurar a continuidade operacional do sistema, garantindo maior eficiência no armazenamento e gerenciamento das gravações, contribuindo para o apoio às ações de segurança pública, prevenção de ocorrências e apuração de eventos registrados pelas câmeras instaladas no Município.

2.4 Considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, a contratação será realizada por meio de **Dispensa Eletrônica**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, observadas as demais normas aplicáveis.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A solução consiste na aquisição de **01 (uma) unidade de gravador de vídeo em rede (NVR)** com capacidade mínima para **64 (sessenta e quatro) canais/câmeras IP**, e de **02 (duas) unidades de HD SATA 12TB**, destinados ao sistema de videomonitoramento da Central de Monitoramento da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública.

3.2 Os equipamentos serão utilizados para garantir a **gravação contínua e ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana)** e o armazenamento adequado das imagens, assegurando suporte às atividades de monitoramento, prevenção e apuração de ocorrências no Município.

3.3 A solução deverá ser **compatível com o sistema existente**, garantindo integração com os dispositivos já instalados, sem necessidade de substituição de componentes atualmente em funcionamento, evitando custos adicionais e reduzindo riscos de incompatibilidade técnica.

3.4 Considerando o ciclo de vida do objeto, os equipamentos deverão apresentar durabilidade, confiabilidade operacional, eficiência energética compatível com uso institucional e disponibilidade de suporte técnico e peças de reposição durante o período de garantia, visando assegurar continuidade do serviço público e redução de custos futuros de manutenção.

3.5 A instalação e configuração dos equipamentos serão realizadas pela equipe técnica do Município, não estando incluídos serviços de instalação por parte da contratada, exceto quando necessário para suporte técnico remoto ou orientações operacionais previstas em garantia.

3.6 Ao final da vida útil, eventual descarte de equipamentos inservíveis deverá observar as normas ambientais vigentes, e, quando aplicável, a logística reversa prevista na legislação, minimizando impactos ambientais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. Para a aquisição do material permanente, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1.1 Fornecer equipamentos **novos**, sem uso anterior, em linha de fabricação, em embalagem original lacrada, acompanhados de manuais, termos de garantia e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.

4.1.2 Garantir que o **NVR** possua capacidade mínima para **64 (sessenta e quatro) canais/câmeras IP**, permitindo operação com as **25 câmeras atualmente instaladas** e a expansão prevista para **até 55 câmeras**, assegurando margem técnica para crescimento do sistema

4.1.3 Garantir que o NVR permita **gravação contínua 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana)**, com estabilidade e confiabilidade, sem interrupções no registro das imagens.

4.1.4 Garantir que o NVR possua suporte a instalação e operação com **HDs SATA**, com compatibilidade com os discos fornecidos e com capacidade para armazenamento adequado às necessidades operacionais do Município.

4.1.5 Fornecer **02 (duas) unidades de HD SATA 12TB**, apropriados para sistemas de vigilância eletrônica, com especificação para operação contínua (24/7), suportando gravação simultânea e ininterrupta.

4.1.6 Garantir que a solução seja **plenamente compatível com o sistema de videomonitoramento existente**, assegurando integração com as câmeras e infraestrutura atualmente em funcionamento, sem necessidade de substituição de componentes operacionais.

4.1.7 Garantir que o NVR possua interface de rede compatível com a infraestrutura existente, com no mínimo **01 (uma) porta Ethernet Gigabit (10/100/1000 Mbps)**.

4.1.8 Garantir que o equipamento permita acesso e gerenciamento local e remoto, com recursos mínimos para:

- a) Visualização e reprodução das gravações;
- b) Exportação de imagens e vídeos para fins de apuração;
- c) Controle de usuários e permissões;
- d) Registro de logs de acesso e operação.

4.1.9 Garantir que os equipamentos possuam **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, com substituição sem ônus em caso de defeito de fabricação.



4.1.10 Garantir que o fornecimento observe as normas aplicáveis à Administração Pública, em especial a **Lei nº 14.133/2021**, bem como as orientações do Controle Interno e demais normativos vigentes.

4.2 Prazos e Entregas:

4.2.1 O prazo para entrega dos equipamentos será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da **Nota de Empenho**, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2.2 A entrega deverá ser realizada em local indicado pela Secretaria de Segurança e Ordem Pública, no Município de Nova Friburgo/RJ, em horário comercial, mediante agendamento prévio.

4.2.3 A contratada deverá assegurar que os equipamentos sejam entregues em perfeitas condições, acompanhados de nota fiscal, manuais e termo de garantia.

4.3 Conformidade Legal e Normativa

4.3.1 A contratação deverá observar as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, bem como demais normas aplicáveis à Administração Pública.

4.3.2 Os equipamentos fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis ao objeto, inclusive quanto à segurança, desempenho e funcionamento adequado para uso em videomonitoramento.

4.4 Critérios de Seleção e Contratação

4.4.1 O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e requisitos mínimos definidos neste Termo de Referência.

4.4.2 A contratada deverá comprovar **regularidade fiscal, trabalhista e demais exigências de habilitação**, conforme previsto na legislação vigente e no instrumento convocatório.

4.5 Garantia de Qualidade

4.5.1 A contratada deverá garantir que os equipamentos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, assegurando desempenho compatível com o uso institucional e com a operação contínua do sistema.

4.5.2 Caso os equipamentos apresentem defeito de fabricação durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar a substituição e/ou reparo, sem ônus para a Administração, nos prazos estabelecidos.

4.6 Esses requisitos são fundamentais para assegurar que a contratação atenda às necessidades técnicas e operacionais do Município, garantindo a continuidade do sistema de videomonitoramento, a eficiência na gestão das gravações e a adequação às normas aplicáveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo para entrega dos equipamentos será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do dia seguinte à emissão da **Nota de Empenho**.

5.2 Os bens deverão ser entregues na sede da Secretaria de Segurança e Ordem Pública, situada à Avenida Alberto Brune 224 Centro Nova Friburgo -RJ, no horário de 9:00 às 16:00 DE FUNCIONAMENTO, mediante prévio agendamento por meio do telefone 22-2525-9882, de modo a garantir o adequado recebimento e conferência dos materiais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115).



6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro formal (art. 115, §5º).

6.3 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como **fiscal do contrato**, e respectivo substituto, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1 O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de falhas ou defeitos observados (art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal informará à autoridade competente, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento dos bens (art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização (art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121).

6.7 As comunicações entre o órgão contratante e a contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se mensagem eletrônica quando aplicável.

6.8 O órgão contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Para fins de acompanhamento, gestão e fiscalização, serão designados, antes do início da execução do objeto, **gestor do contrato**, **gestor substituto**, **fiscal do contrato** e **fiscal substituto**, nos termos da legislação vigente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ 28.606.630/000-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, nº 224, CENTRO, NOVA FRIBURGO, CEP.: 28613-001.

7.2 Por se tratar de **aquisição de bens permanentes com entrega única**, a medição e o atesto para fins de pagamento ocorrerão mediante **recebimento definitivo** do objeto, após conferência de conformidade dos equipamentos com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação da despesa será realizada pelo setor competente da Secretaria Municipal de Fazenda responsável pela gestão financeira, conforme a estrutura administrativa vigente, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 172/2025.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 3116/2024, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 3116, de 19 de setembro de 2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:



Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Dispensa Eletrônica**, com fundamento na hipótese do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:



8.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.3 Qualificação técnica.

A. Considerando tratar-se de aquisição de bens comuns (material permanente), **não será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica**, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, bastando que o fornecedor atenda integralmente às especificações técnicas do objeto e às condições de habilitação previstas..

B- Caso a Administração entenda necessário, poderá ser exigida declaração do fornecedor de que os equipamentos ofertados são novos, possuem garantia mínima e são compatíveis com o sistema existente, conforme requisitos definidos neste Termo de Referência.

8.13 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

8.14 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 da Lei nº 11.101/2005).

8.15 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

a) Fornecer o objeto conforme especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada;



- b) Realizar a entrega do material em perfeitas condições de uso, devidamente embalado, lacrado e acompanhado dos manuais, certificados e demais documentos exigidos;
- c) Responsabilizar-se pela qualidade dos bens fornecidos, garantindo que sejam novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento ou reutilização;
- d) Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer item entregue em desacordo com as especificações, com defeito, avaria, dano de transporte ou incompatibilidade com o objeto contratado, no prazo a ser definido pela fiscalização;
- e) Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, frete, carga, descarga e entrega dos materiais no local indicado pela Administração, sem repasse de custos adicionais;
- f) Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos materiais causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia ou imprudência na execução do fornecimento;
- h) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros;
- i) Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone atualizados para fins de comunicação com a Contratante durante toda a vigência da contratação, comunicando imediatamente qualquer alteração;
- j) Apresentar Nota Fiscal em conformidade com os dados e exigências da Administração, contendo informações completas para fins de pagamento;
- k) Garantir o prazo mínimo de garantia do equipamento, conforme especificado neste Termo de Referência, incluindo suporte e substituição em caso de defeito de fabricação;
- l) Entregar os bens dentro do prazo estipulado, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

9.2 Da Contratante:

- a) Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o fornecimento do objeto, dentro das normas e condições estabelecidas;
- b) Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, por meio de servidor designado, anotando em registro próprio eventuais falhas e solicitando correções quando necessário;
- c) Receber provisoriamente e definitivamente os bens, conforme as condições e prazos previstos neste Termo de Referência;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações técnicas e exigências do contrato;
- e) Comunicar formalmente à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto;
- f) Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições estabelecidas no procedimento de contratação e no contrato, desde que cumpridas todas as exigências legais;
- g) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando necessário, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas neste Termo de Referência e/ou no Contrato, bem como o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- 10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7 ensejar o retardamento da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante o procedimento de contratação ou a execução do contrato;



12.2 Não se aplica a indicação de dotação para exercícios financeiros subsequentes, tendo em vista que se trata de **aquisição de bens permanentes com entrega única**, cuja execução e pagamento ocorrerão **integralmente dentro do exercício financeiro vigente**.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo vencedor do certame deverá estar acompanhada de **detalhamento do preço**, contendo os valores unitários e o valor total dos itens, conforme solicitado no instrumento convocatório.

13.2 Termo de Referência elaborado pela subscritora, com apoio da equipe técnica da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública.

Nova Friburgo/RJ, 30 de março de 2026.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Lucimar Junqueira Pacheco Matr.:	<hr/> Maurício da Silva Marques Matr.: 62.278

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Eduardo Vaz Castelano

Matr. 63.956